



“O Mercado Único funciona bem”?

Relatório da Eurodeputada Regina Bastos aprovado por Unanimidade

Pg. 2



ORÇAMENTO

O Orçamento da União é diferente do Orçamento nacional. Está dividido entre despesas de AUTORIZAÇÃO e despesas de PAGAMENTOS. A primeira limita os compromissos que se podem assumir, a segunda o montante real que existe para pagar. A primeira é sempre um pouco mais alta que a segunda.

Quando a execução é baixa, não há problemas: Ainda que o Orçamento em autorizações seja esgotado (assumindo diversos compromissos) os pagamentos nunca chegam a criar problemas. **Mas se a execução for alta, a verba para pagamentos pode não ser suficiente para custear despesas autorizadas e assumidas.**

O ano passado, na aprovação do **Orçamento para 2012**, o Conselho limitou exageradamente o dinheiro para pagamentos mas (para iludir o Parlamento Europeu) manteve um valor alto para os compromissos. O **Deputado José Manuel Fernandes** foi um dos muito poucos que avisaram que **o dinheiro não ia chegar**. Tinha toda a razão! Disse-o há um ano e agora em diversos Programas como o **Erasmus** os as verbas para o **Fundo de Coesão**, o resultado está à vista. **Não há dinheiro suficiente para pagar compromissos que se assumiram legalmente.**

Uma vez mais o **Conselho procede com ligeireza...** Assim a Europa não dá um bom exemplo!

Carlos Coelho denuncia controlos ilegais nas fronteiras internas

Pg. 4

“Uma situação insustentável e intolerável! Com toda a hipocrisia com que a comunidade internacional tem actuado, só se descredibiliza.”

Mário David, sobre a situação na Síria



Pg. 8

Festa da Europa no Gerês, de 8 a 12 de Agosto

Pg. 10

“O Mercado Único funciona bem”?

Relatório da Eurodeputada Regina Bastos aprovado por Unanimidade



A Deputada do PSD defende no seu relatório a necessidade de se criar um **verdadeiro Mercado Único digital** a funcionar devidamente e que seja seguro para consumidores e empresas, permitindo às empresas, em especial às **PME conquistar novos mercados** e dando acesso aos consumidores a novos produtos a melhor preço.

Por outro lado defendeu a necessidade de se **reforçar a cooperação entre o Parlamento, o Conselho, a Comissão e os Estados-Membros**, de modo a que os cidadãos se possam ver cada vez mais reflectidos quer nos principais projectos como nos actos diários da União Europeia.

A Deputada Regina Bastos considerou essencial:

- 1) **governar melhor e em conjunto** (tendo no seu relatório inserido um capítulo dedicado à Governança de modo a permitir um melhor controle da transposição correcta e atempada da legislação relativa ao Mercado Único);
- 2) **informar os cidadãos dos seus direitos;**
- 3) facilitar o exercício dos seus direitos (**simplificando os procedimentos administrativos**).

O relatório da Deputada Regina Bastos, sobre *“As 20 principais preocupações dos cidadãos e das empresas europeias relativamente ao funcionamento do Mercado Único”*, foi aprovado por unanimidade na Comissão do Mercado Interno e da Protecção dos Consumidores e por expressiva maioria no plenário, em Estrasburgo.

Regina Bastos denunciou *“o desfasamento entre as expectativas dos cidadãos e das empresas e a realidade do Mercado Único”*.

A Deputada portuguesa considerou que esse desfasamento decorre de três lacunas: *“lacuna de informação; lacuna em matéria de transposição de legislação e lacuna legislativa”*.

A Deputada apontou insuficiências gritantes no reconhecimento de qualificações, na portabilidade de pensões, no reembolso de despesas de saúde, na abertura de contas bancárias, nas discriminações no emprego, no mercado interno digital, nas questões relacionadas com o fornecimento de energia e com o IVA, entre outras.

Regina Bastos realçou que nesta altura em que *“a Europa é afectada pela grave crise financeira, económica e social”* revitalizar e reforçar a eficácia do Mercado Único é essencial para permitir que a Europa se desenvolva, promova o crescimento e o emprego e assim aumente a confiança dos cidadãos e empresas.



Regina Bastos que apresentou o seu relatório no ano que se celebra o vigésimo aniversário da criação do Mercado Único, acentuou que *“importa dar um novo fôlego ao Mercado Único que coloque no seu centro os cidadãos e os consumidores de modo a que possam beneficiar plenamente das suas vantagens, contribuindo para a coesão territorial, económica e social da União Europeia”*. 

Regina Bastos defende Sistema de Normalização Europeu

A aprovação do presente relatório estará a contribuir para o relançamento do projecto europeu, para a inovação europeia, para o reforço e competitividade das nossas empresas.



Para a Eurodeputada do PSD, Regina Bastos *“a Europa necessita de um sistema de normalização abrangente, integrador, eficaz e actualizado. Um sistema que garanta o correcto funcionamento do mercado interno, que melhore a protecção dos consumidores e a sua vida, mas também que proteja o ambiente”*.

Regina Bastos sublinhou também *“a importância de mais inovação e inclusão social e a interacção e a comunicação das redes e dos sistemas, em especial no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação”*.

A Deputada do PSD referiu que *“a revisão do*

processo europeu de normalização deverá manter as vantagens do sistema actual e encontrar um equilíbrio justo entre a dimensão Europeia e Nacional” e, nesse sentido, destacou como objectivos principais da revisão do processo de normalização europeu:

• Acabar com a lentidão e fragmentação que

existe e que faz com que as empresas incorram em custos de transacção e em custos unitários mais elevados;

• Reforçar a participação das PME nas actividades de normalização, em particular a nível nacional, bem como facilitar o seu acesso a essas normas;

• Fortalecer também, por outro lado, a participação das partes que representam os interesses da sociedade, como os consumidores, ambientalistas, trabalhadores, pessoas com deficiência, mantendo-se os apoios financeiros às organizações europeias criadas para representar os interesses públicos.

A deputada, Regina Bastos, finalizou afirmando que a *“aprovação do presente relatório estará a contribuir para o relançamento do projecto europeu, para a inovação europeia, para o reforço e competitividade das nossas empresas”*.

Regina Bastos defende que a protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual é fundamental para a Economia Europeia

A violação dos Direitos de Propriedade Intelectual na Europa representa perdas anuais de 250 mil milhões de euros para as empresas e a destruição de 185 mil postos de trabalho no espaço europeu

A Eurodeputada, Regina Bastos, interveio na sessão plenária de Estrasburgo no debate sobre o controlo do respeito dos Direitos de Propriedade Intelectual a cargo das autoridades aduaneiras.

Para a Deputada do PSD *“esta é uma questão de extrema importância para a Europa. Numa altura em que vivemos uma grave crise económica, financeira e social, proteger os direitos de propriedade intelectual combatendo os produtos falsificados é fundamental para a economia europeia. Esta protecção deve reforçar o desempenho da investigação e promover a inovação, deve assegurar o conhecimento científico e tecnológico, contribuindo para o desenvolvimento de novos produtos e serviços. Tudo isto no sentido de gerar*



crescimento e criar empregos de qualidade”.

Regina Bastos na sua intervenção destacou que *“a violação dos Direitos de Propriedade Intelectual na Europa representa perdas anuais, de 250 mil milhões de euros para as empresas e a destruição de 185 mil postos de trabalho no espaço europeu”* e alertou que *“a violação destes direitos constitui igualmente uma séria ameaça para a saúde e*

segurança dos consumidores europeus, uma vez que muitos produtos falsificados nomeadamente produtos alimentares, cosméticos, medicamentos, são produzidos em ambientes não regulamentados”.

Finalmente a Deputada Regina Bastos, afirmou que *“com a revisão do Regulamento pretende-se uma melhor protecção da economia e dos consumidores europeus”*.

Carlos Coelho denuncia controlos ilegais nas fronteiras internas

“É inaceitável a multiplicação de casos em que diversos Estados-Membros têm procedido a controlos na imediação das suas fronteiras internas, com efeitos comparáveis a controlos fronteiriços em clara violação das Regras de Schengen. Desde Novembro de 2011 até Abril deste ano, a Comissão Europeia já investigou cerca de 11 casos diferentes, envolvendo 10 Estados-Membros diferentes” afirmou Carlos Coelho, na sessão plenária em Estrasburgo num debate que propôs sobre os controlos ilegais nas fronteiras internas.

O Deputado português sublinhou que *“a segurança dos nossos cidadãos só poderá ser garantida através de mecanismos comuns acordados ao nível da União. Temos que evitar a todo o custo a adopção de soluções fracas e simplistas, exacerbando sentimentos nacionalistas e populistas, que violam o princípio da solidariedade e ameaçam a própria existência de Schengen”*.

Carlos Coelho sublinhou o carácter comunitário de Schengen: *“Schengen é uma preocupação comum a toda a UE, recaindo sobre todas as suas Instituições o dever de manter uma vigilância activa sobre a forma como as suas regras estão a ser implementadas e respeitadas, bem como de encontrar em conjunto as respostas mais adequadas para os desafios que têm de ser enfrentados”* e acrescentou: ***“fechar as nossas fronteiras internas não é a melhor solução para fazer face aos problemas criados por um elevado fluxo de emigrantes, a solução passa pelo reforço da segurança nas fronteiras e pela adopção e correcta implementação de políticas e instrumentos que permitam uma eficiente gestão comum dos fluxos migratórios”***.

O Deputado social-democrata não poupou palavras para criticar o Conselho de Ministros JAI (Justiça e Assuntos Internos): *“infelizmente, no último Conselho JAI, em 7 de Junho de 2012, o Conselho resolveu dar um enorme passo atrás e, contrariamente, ao que tinha sido solicitado pelo Conselho Europeu, decidiu que não deveria ser criado um verdadeiro mecanismo de avaliação de Schengen europeu, mas sim mantida a avaliação entre os Estados-Membros,*



que como o próprio Conselho já admitiu, não funciona” e criticou: ***“foram, igualmente, reforçadas as competências nacionais e abertas as portas a nacionalismos e acções populistas, em detrimento dos direitos fundamentais dos cidadãos. Foram feitas proposta concretas para aumentar o período em que poderá haver controlos nas fronteiras internas, prevendo-se agora uma nova possibilidade de 6 meses até 2 anos e a***

indicação de que condições excepcionais como fortes fluxos migratórios, podem servir de base a essa reintrodução”.

Carlos Coelho defendeu, uma vez mais, que: *“cabe ao Parlamento Europeu assegurar que não haja uma descida dos princípios e garantias já existentes em Schengen e só poderá fazê-lo estando associado ao processo legislativo”*. 

Mário David reeleito Vice Presidente do PPE

Teve lugar, em Bucareste, o 21º Congresso do Partido Popular Europeu, em que o Deputado **Mário David** foi eleito para um **terceiro mandato como Vice-Presidente**.

Face aos enormes desafios com que a Europa e o Mundo se deparam, Mário David defendeu, na sua candidatura, os seguintes 3 aspectos fundamentais como prioridades da futura Presidência:

- Contribuir de uma forma responsável e solidária para a **ultrapassagem urgente da crise financeira e económica** com que nos enfrentamos, a que inexoravelmente, nos Estados-Membros mais afectados, se seguiu uma dramática crise social;
- Aprofundar e **fortalecer o projecto eu-**

ropeu, já que é hoje cada vez mais evidente que só com o que denominamos de **“mais Europa”** poderemos construir uma União Europeia que seja uma entidade com vectores de política de relações externas e de defesa que, a par dum verdadeiro mercado interno e da perenidade do modelo social europeu de que nos orgulhamos, nos tornem credíveis na cena internacional;

- Preparar e coordenar a **campanha para as eleições para o Parlamento Europeu de 2014**, em estreita cooperação com os Partidos Membros, para que o PPE continue a ser a força em que mais cidadãos europeus se revêm, e para que continuem a ser-nos confiadas as mais altas responsabilidades nas várias instituições da nossa União. 

Carlos Coelho alerta no Parlamento Europeu que crimes da CIA poderiam repetir-se hoje



“A pergunta que hoje importa fazer é: O que aconteceria se hoje se repetissem os mesmos acontecimentos? Que medidas efectivamente tomámos para garantir que a História seria diferente? A percepção que tenho é que, no essencial, nada foi feito”.

Ao falar sobre o Relatório Flautre sobre as actividades ilegais da CIA na Europa, Carlos Coelho recordou anteriores deliberações do Parlamento Europeu: *“No Relatório que aprovámos em 14.Fevereiro.2007, na sequência da Comissão a que eu presidi, avaliámos factos, identificámos comportamentos condenáveis, apontámos omissões e propusémos mais de 40 Recomendações que visavam impedir que os mesmo acontecimentos se pudessem repetir ou pelo menos repetir com a mesma facilidade”* (...)

“a opinião pública está mais alertada, que os parlamentos não poderiam deixar de se envolver mais do que o fizeram no passado, as autoridades judiciais nalguns Estados-Membros estariam mais atentas e reagiriam mais rapidamente mas a generalidade das instituições europeias, dos governos dos Estados-membros e dos Parlamentos nacionais nada fizeram para dar cumprimento às nossas Recomendações”.

O Deputado social-democrata reiterou ainda, os valores *“do primado da Lei, da presunção da inocência, do direito a um julgamento justo perante um tribunal independente. Tudo o que foi recusado aos detidos de Guantanamo cujo encerramento foi prometido mas não concretizado. Recordámos a importância do direito internacional e a necessidade da defesa intransigente dos Direitos Humanos”.* [E](#)

Carlos Coelho rejeita Acordo ACTA

O Parlamento Europeu votou, em Estrasburgo, contra o Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA). O Acordo foi rejeitado com 39 votos a favor, 478 votos contra e 165 abstenções.

As negociações do Acordo Comercial Anticontrafação (ACTA) tiveram início em Junho de 2008 e foram concluídas em Novembro de 2010, após onze rondas de negociações. Como em todos os acordos internacionais, a Comissão Europeia, agindo com base no mandato que lhe foi confiado pelo Conselho, negociou em nome da União Europeia. Para poder entrar em vigor na União Europeia, o ACTA tem de ser aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho, e ser ratificado por todos os Estados-Membros da UE.

Após o parecer negativo de 4 Comissões parlamentares ao Acordo, o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, **põe assim um ponto final ao controverso acordo** ao não aprová-lo.

Carlos Coelho frisou em Estrasburgo *“concordar com a necessidade de um novo acordo internacional destinado a combater a contrafação e a pirataria”.*

O Deputado português criticou o facto de *“o ACTA ao pretender incluir tudo, confunde mercadorias e bens com a liberdade de troca de dados na Internet”* e como refere o relator David Martin *“apresenta consequências indesejadas quanto à criminalização individual, à definição de “para fins comerciais”, ao papel dos prestadores de serviço de internet e possível interrupção da circulação de medicamentos”.* Carlos Coelho põe em dúvida igualmente a utilidade deste acordo ao recordar o facto de *“países como a Índia, China, Paquistão ou Brasil (onde se verificam as maiores violações da propriedade intelectual) não serem signatários e não estiveram envolvidos na negociação deste Acordo”.*

Por estes motivos e pelo especial facto dos benefícios pretendidos pelo ACTA serem manifestamente ultrapassados pelas potenciais ameaças às liberdades individuais, o eurodeputado Carlos Coelho, membro efectivo da Comissão das Liberdades, Justiça e Assuntos Internos no PE, votou favoravelmente o relatório Martin que recomenda a não aprovação do ACTA baseado *“na convicção de que assim melhor defendo*



os direitos dos cidadãos europeus”.

O que é o ACTA?

Conforme definido pelos negociadores, o ACTA consiste num acordo comercial que enfrenta a contrafação para fins comerciais e a pirataria em linha através da coordenação da aplicação global das leis existentes contra a violação dos direitos de autor.

O Acordo foi celebrado entre a União Europeia, a Austrália, o Canadá, o Japão, a Coreia, o México, Marrocos, a Nova Zelândia, Singapura, a Suíça e os Estados Unidos. Os países signatários encontram-se neste momento na fase de ratificação do Acordo, o que na União Europeia implica a ratificação pelos Estados-Membros e a aprovação pelo Parlamento Europeu antes de o referido Acordo poder entrar em vigor na UE.

No dia 10 de Maio, a Comissão Europeia remeteu o Acordo Comercial Anticontrafação para o Tribunal de Justiça da UE, tendo em vista a verificação da sua compatibilidade com os direitos e liberdades fundamentais da União Europeia e solicitou ao Parlamento Europeu que suspendesse a votação sobre o ACTA até haver uma decisão do Tribunal.

O Parlamento Europeu decidiu não aguardar pela resposta do Tribunal de Justiça e votar em sessão plenária o Acordo. [E](#)

"Comissão reconhece ilhas do Canal com regimes favorecidos"

Nuno Teixeira, obteve uma resposta da Comissão Europeia que é mais **um ponto a favor dos argumentos de quem quer ver a zona franca da Madeira com um regime fiscal mais competitivo.**

Não melhor, não diferente, mas sim semelhante a outros regimes fiscais. O Deputado interpelou a Comissão Europeia e a resposta que recebeu não podia deixar mais claro que, apesar de reconhecer na Madeira um regime que segue as regras que lhe foram impostas e aceites, deixa ainda regimes como Jersey, Guernsey ou Ilha de Man com vantagens consideradas cruciais na sua competitividade.



Com o assunto *"Inserção do Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) no contexto concorrencial da EU"*, Nuno Teixeira começou por lembrar que este *"goza de um regime fiscal preferencial que o torna concorrente de praças financeiras congêneres, das quais se podem destacar as de pequenas regiões insulares, como as ilhas britânicas de Jersey, Guernsey e Man, e ainda a existente em Malta"*. E adiantou: *"No caso de Jersey, Guernsey ou Man, estas três praças não necessitam de obter autorização comunitária pelo facto de gozarem de um regime fiscal próprio e excepcional"*.

Ora, por gozarem de plena liberdade *"o volume de negócios gerado nestas três praças representa 45% do PIB de Man (com 29.095 empresas instaladas), 43% no caso de Jersey (com 32.722 empresas) e 39% em Guernsey (com 18.456 empresas instaladas)"*, sendo que a Madeira, que já teve quase 6 mil empresas e hoje tem pouco mais de duas mil, continua com *"o dossier de revisão dos planos máximos de matéria tributável, que beneficia de uma taxa de imposto menor, neste momento em análise na Comissão"*.

As perguntas não podiam ir noutro sentido: *"Não considera que as condições de funcionamento que actualmente estão impostas ao CINM representam uma discriminação negativa relativamente às outras praças europeias concorrentes? Como compatibiliza, do ponto de vista da política de concorrência e do regime de ajudas e auxílios de Estado, a manutenção da situação atual do CINM por comparação com as outras praças e tendo em perspectiva as derrogações previstas e que de-*

correm do estatuto da ultraperiferia constantes do artigo 349.º do TFUE?" (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia).

A resposta veio da parte de Joaquín Almunia, vice-presidente com a pasta da Concorrência. *"A Comissão salienta que, na sequência de um processo da UE, Malta adaptou sua legislação fiscal a fim de dar cumprimento à legislação da UE em matéria de auxílios estatais"*, perspectiva que 'descarta' Malta desta situação. *"A legislação da UE em matéria de auxílios estatais não é aplicável nas ilhas do Canal da Mancha e na Ilha de Man, que estão, por conseguinte, numa situação objetivamente diferente da da Madeira"*, garante.

"Uma vez que a Comissão baseia a sua apreciação da compatibilidade do regime relativo ao Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) nas regras em matéria de auxílios estatais aplicáveis a qualquer outro regime de auxílios estatais na UE, o princípio da igualdade de tratamento é respeitado", assegura, ficando a ideia que, não obstante há regras para todos, mas a uns é aplicada a matéria dos auxílios fiscais, a outros não, o que por si só é favorecimento, mesmo que não intencional ou óbvia.

"Além disso, é de salientar que Jersey e a Ilha de Man alteraram os respetivos regimes fiscais para eliminar eventuais elementos prejudiciais", defende-se a Comissão. *"Estas alterações foram efectuadas no seguimento de uma apreciação por parte do Grupo do Código de Conduta sobre a fiscalidade das empresas, subscrita pelo Conselho, que considerou esses regimes fiscais prejudiciais"*. E acrescen-

ta: *"Guernsey deverá também alterar o seu regime fiscal, que tinha já sido considerado prejudicial pelo Grupo do Código de Conduta. Esta apreciação foi formalmente confirmada pelo Conselho"*.

Perante estas informações relevantes e em conformidade com as regras em matéria de auxílios regionais, *"os auxílios ao funcionamento de carácter permanente, como o concedido no âmbito do regime relativo ao CINM, podem ser autorizados, nas regiões ultraperiféricas, na medida em que se destinem a compensar os custos adicionais decorrentes, para a prossecução de uma actividade económica, dos factores identificados no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia"*, frisa, respondendo à segunda questão. *"As circunstâncias específicas das regiões ultraperiféricas, reconhecidas pelo Tratado são, pois, igualmente tomadas em consideração no âmbito das regras em matéria de auxílios estatais"*.

Em suma, fica claro que **há dois pesos e duas medidas**, embora a serem corrigidas, mas que persistem há tempo demasiado e que terão contribuído decisivamente para que muitas das empresas que estavam na Madeira, fossem para algumas praças com maior competitividade. 



Eurodeputado Mário David põe em causa Preferências Comerciais da UE ao Paquistão

O eurodeputado Mário David colocou uma pergunta prioritária ao Conselho e à Comissão em que questiona a pertinência, a racionalidade e a justiça da aplicação de preferências comerciais autónomas ao Paquistão dois anos após as cheias que assolaram o país, €2,458 mil milhões de euros em Ajuda Humanitária para as populações (período 2009-2013: Comissão e Estados-Membros) e depois do recente comportamento hostil demonstrado pela autoridades paquistanesas.

Na pergunta efectuada, Mário David recorda o enquadramento destas preferências: *“na sequência das inundações devastadoras [...] que atingiram o Paquistão em Julho, o Conselho Europeu, [...] decidiu mandar os Ministros para acordarem, com urgência, um pacote abrangente de medidas [...] que facilitem a recuperação e o desenvolvimento futuro do país. Entre elas devem figurar medidas comerciais ambiciosas que concedam exclusivamente ao Paquistão um acesso acrescido ao mercado da UE, através de uma redução imediata e temporária dos direitos aduaneiros sobre os principais produtos importados do Paquistão”*.

Mário David recorda ainda que *“passados praticamente dois anos das inundações e após a atribuição de €320 milhões em Ajuda Humanitária em 2010 (Estados-Membros e Comissão, dados de Outubro 2010); €94,9 milhões em 2011 e €55 milhões em 2012 (Comissão), em resposta às situações de emergência criadas pelas cheias, conflitos e refugiados afegãos de um total de €2,458 mil milhões para o período 2009-2013 de ajuda humanitária às populações, por parte dos Estados-Membros e Comissão, que louvamos e apoiamos sem reservas, continuamos sem perceber a racionalidade de se insistir no precedente do uso da política comercial como instrumento de ajuda humanitária”*.

Considera igualmente Mário David (e sem repetir os argumentos de cariz económico usados na anterior pergunta efectuada à Comissão em 24/09/2010), que deverão acres-



cer a estes factos *“a condenável actuação das Autoridades Paquistanesas, nomeadamente o recente reiterar do bloqueio paquistanês às rotas de abastecimento da NATO para o Afeganistão; a condenação do médico Shakeel Afridi a 33 anos de prisão por supostamente ter ajudado a CIA a encontrar Osama Bin Laden; os ataques sem consequências a templos de outras religiões que não a muçulmana; a suspeita de que o Paquistão estará a funcionar como ‘porto seguro’ para grupos terroristas a operar no Afeganistão e a realidade indesmentível de que não existem ‘medidas de*

urgência’ ou ‘uma redução imediata’ passados dois anos sobre a ocorrência dos factos”, pelo que pergunta ao Conselho (pergunta prioritária) e à Comissão:

“Face a estes considerandos, julga a Comissão/Conselho que a UE deverá manter esta iniciativa? É de algum modo coerente, racional, lógico, justo, inteligente ou acertado insistir nestas preferências comerciais autónomas ao Paquistão em Junho 2012? Não é óbvio suspender esta medida de imediato? Merece o Paquistão este ‘prémio’?” 

“Uma situação insustentável e intolerável! Com toda a hipocrisia com que a comunidade internacional tem actuado, só se descredibiliza.”

Mário David, sobre a situação na Síria

O Eurodeputado Mário David, Presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com os Países do Maxereque, interveio em Plenário no debate sobre a “*Situação na Síria*”, com a presença da VP/AR Catherine Ashton, onde afirmou:



“Continuamos a assistir impotentes ao massacre de um povo, por parte de assassinos a soldo de um regime encurralado e sem futuro, que insiste em manter-se à custa do sangue dos seus próprios cidadãos...”

Uma situação insustentável e intolerável!

E se jurídica e institucionalmente Assad é o responsável, será que na verdade é mesmo assim? Afinal, quem manda na Síria? É ele ou a entourage de seu pai? Também aqui mente ao seu povo?

Para tornar ainda mais trágico este cenário, o estranho mosaico que compõe a oposição não parece antecipar no pós-Assad, uma solução que seja simultaneamente democrática, tolerante e representativa das várias realidades religiosas, étnicas, sociais ou culturais Sírias.

Não pode passar também sem um veemente repúdio, algumas das formas de luta utilizadas pela oposição nesta Guerra fratricida e irracional, que opõe idealismos obscuros mesclados com genuínos gritos de liberdade a um regime que luta pela sobrevivência. Também estes devem saber que os crimes de guerra não serão tolerados!

Cara Alta Representante, uma vez mais a União demonstra a sua sensibilidade com o drama dos refugiados nos países vizinhos, mais de 250 mil, sendo o maior doador de ajuda humanitária, esperando que a mesma esteja a ser corretamente canalizada.

Mas deixo-lhe um desabafo: com toda a hipocrisia com que a comunidade internacional tem atuado, só se descredibiliza. É que sou daqueles que recusam aceitar que uma vida síria não valha o mesmo que qualquer outra!”

Nuno Teixeira chama a atenção da União Europeia para as especificidades das RUP na política das pescas

Nuno Teixeira interveio, na sessão plenária de Estrasburgo, para evidenciar a importância do sector das pescas na Região Autónoma da Madeira, e a necessidade de ter em conta as características do sector e as especificidades da economia regional, no âmbito da futura política comum das pescas.

Recordando que “*a futura política comum das pescas deve orientar-se por um desenvolvimento sustentável, tendo em conta as suas várias dimensões económica, social, ambiental e cultural*”, o Deputado do PSD Madeira insistiu na “*necessidade de destacar a particularidade de algumas Regiões Ultraperiféricas, cujas economias são fortemente dependentes do sector das pescas*”.

Para o Eurodeputado, “*nas Regiões Ultraperiféricas, como é o caso da Madeira, a reforma da política comum das pescas deve orientar-se por assegurar a sobrevivência e a prosperidade futuras das suas frotas de pesca artesanal e de pequena escala, salvaguardando e defendendo assim o emprego que delas depende*”.

Nuno Teixeira congratulou-se com a proposta da Comissão Europeia quanto à necessidade de um ajustamento desta política e da implementação de medidas específicas, com base nas realidades díspares do sector da pesca e da aquicultura, nas Regiões Ultraperiféricas, tendo defendido que “*será também essencial que esta política coloque o enfoque na regionalização como forma de governação*



para que seja possível, no futuro, dar uma resposta mais adequada às exigências e às sensibilidades de cada bacia marítima”.

A estratégia europeia para a energia e o clima

Maria da Graça Carvalho, *in* Jornal i

Os objectivos relativos à redução das emissões de gases com efeito de estufa e ao aumento das energias renováveis são obrigatórios.

A Estratégia Europeia para a Energia e o Clima foi desenhada para responder aos desafios da segurança energética, do crescimento económico e da luta contra as alterações climáticas. A resposta coordenada aos três desafios constitui uma oportunidade para levar a cabo uma ampla transformação da sociedade europeia. Esta resposta passa pela adopção de medidas ambiciosas que, no seu conjunto, deverão reforçar a liderança europeia nas tecnologias limpas.

A Europa tem, desde os finais de 2008, uma estratégia integrada para a energia e para a luta contra as alterações climáticas. A estratégia traduz-se num corte de 20% nas emissões de gases com efeito de estufa até 2020, caso não exista acordo internacional em matéria de clima. A proposta europeia para as negociações internacionais consiste na redução de 30% nas emissões de gases com efeito de estufa até 2020. Os mais optimistas consideram que até 2015 será alcançado um acordo global no combate às alterações climáticas, como ficou estabelecido na última conferência do clima, que teve lugar em Dezembro do ano passado em Durban.

O objectivo europeu de redução dos gases com efeito de estufa até 2020 será alcançado mediante a utilização de 20% de energias renováveis e de um aumento de 20% da eficiência energética. Os objectivos relativos à redução das emissões de gases com efeito de estufa e ao aumento das energias renováveis são obrigatórios.

A eficiência energética situa-se no centro das políticas europeias para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. É uma das formas mais eficazes, em termos de custos, para reforçar a segurança do aprovisionamento energético, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e aumentar a qualidade do ar. A eficiência energética pode ser encarada, a diversos níveis, como o mais importante recurso energético da Europa. Contudo, a meta para a eficiência energética (20%) não é obrigatória e as estimativas mais recentes da Comissão Europeia sugerem que a União está



em vias de alcançar apenas metade do objectivo fixado.

Por isso, o Parlamento Europeu votou recentemente uma revisão à directiva da eficiência energética que estipula que a Comissão Europeia, em 2013, fará um balanço da evolução dos Estados-membros em termos de eficiência energética e, caso não se verifiquem avanços significativos, o objectivo dos 20% de eficiência energética tornar-se-á vinculativo.

Embora ambiciosos, os objectivos enunciados são alcançáveis. No entanto, só podem ser atingidos através de um forte investimento no triângulo do conhecimento (educação, ciência, inovação), através de um processo integrador que reforce a investigação e a inovação no domínio da energia.

A Estratégia Europeia para a Energia e o Clima incorpora também um Plano para as Tecnologias da Energia – o Plano SET – destinado

a estabelecer uma nova agenda de investigação na área da energia. Esta agenda será tida em conta no próximo Programa-Quadro Ciência e Inovação para o período 2014-2020, designado Horizonte 2020, do qual fui nomeada relatora recentemente pelo Parlamento Europeu.

A Europa dispõe de um enorme potencial para desenvolver uma nova geração de tecnologias de energia de baixo teor em carbono, como a energia eólica offshore, a energia solar ou os biocombustíveis de segunda geração.

O carácter distribuído das diferentes formas de energias renováveis constitui também uma oportunidade para reforçar a descentralização, a flexibilização e o poder do consumidor europeu. Também deste ponto de vista a Estratégia Europeia para a Energia e o Clima criará as condições para o crescimento económico, a sustentabilidade e o bem-estar no espaço europeu. 

Festa da Europa no Gerês, de 8 a 12 de Agosto



O emprego e a juventude, a par do desenvolvimento rural e do ambiente, foram temas que mereceram particular atenção na **Festa da Europa** que decorreu na **Vila do Gerês e em Terras de Bouro, de 8 a 12 de Agosto**. Esta iniciativa lançada pelo eurodeputado **José Manuel Fernandes** contou este ano com a **Câmara Municipal de Terras de Bouro** como parceira na organização.

O secretário de Estado das Florestas, Daniel Campelo, e o Dr. Diogo Guia em representação da Secretaria de Estado do Desporto e Juventude, participaram no evento, que contou com um programa diversificado de **animação musical, desporto e lazer**, a par de **conferências, debates, exposições e espaços de informação e esclarecimento sobre a União Europeia** e a problemática do emprego em Portugal e na Europa.

Nas diferentes sessões temáticas que decorreram nas terras do Gerês, intervieram responsáveis do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)**, da **Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN)**, da **Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH)** e do **Parque Nacional da Peneda-Gerês**.

Lançada pelo eurodeputado José Manuel Fernandes, a Festa da Europa procura, em ambiente de festa próprio desta época no Minho, **promover a União Europeia** e sensibilizar simultaneamente as pessoas e as instituições para as causas europeias e para as oportunidades de desenvolvimento que representa a integração europeia.

No âmbito do compromisso assumido para o mandato no Parlamento Europeu, José Manuel Fernandes considera fundamental reforçar a interligação entre as nossas comunidades e a União Europeia, através da promoção dos valores, tradições, recursos e potencialidades da 'nossa terra'.

Além do envolvimento da Câmara Municipal de Terras de Bouro na organização, a iniciativa contou com a colaboração do Parlamento Europeu e do seu gabinete em Portugal, da Comissão Europeia, do Partido Popular Europeu (PPE), da Rede Eures e do Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Desenvolvimento rural, ambiente, juventude e emprego

A abertura da Festa da Europa, ficou marcada pela inauguração da exposição 'Portugal

Europeu: Meio Século de História'. Dirigida e organizada pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e pela Representação da Comissão Europeia, a exposição tem a chancela científica do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É composta por um conjunto significativo de imagens de documentos, fotografias de época, citações, referências e marcos históricos da história diplomática portuguesa contemporânea, desde os primórdios da construção europeia até à atual qualidade de membro de pleno direito da União Europeia.

A cerimónia inaugural da Festa da Europa assinalou ainda a abertura dos espaços de informação e contacto com o público que ficaram situados na Colunata do Gerês. Estes espaços foram dedicados à distribuição de publicações sobre a União Europeia e à disponibilização de informações e aconselhamentos sobre o emprego em Portugal e na União Europeia. Ao longo dos cinco dias do evento, o IEFP marcou presença no espaço através de um técnico para prestar esclarecimentos.

No que tocou às conferências temáticas, que

tiveram lugar no Centro de Animação do Gerês (CAT), a Festa da Europa começou por proporcionar, no dia 9, o debate sobre **"Desenvolvimento Rural: potencialidades e recursos na 'nossa terra'"**, que contou com a intervenção de **Carlos Duarte**, da CCDRN e gestor do programa operacional ON2 – Novo Norte. Na sessão, um representante do IEFP encarregou-se também de deixar uma perspectiva de criação de emprego no meio rural.

O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, **Daniel Campelo**, presidiu, na manhã do dia 10, à sessão sobre 'Água e Floresta como mais-valia social e económica', contando ainda com intervenções do presidente da Administração da Região Hidrográfica do Norte, **Pimenta Machado** e do diretor do Parque Nacional da Peneda-Gerês, **Lagido Domingos**.

No fim de semana, o sábado foi dedicado ao lazer e ao desporto, com a realização de um passeio pedestre pelo Trilho dos Currais e jogos de futebol no novo relvado sintético do Campo da Pereira, no Gerês.

A Festa da Europa culminou no domingo, com uma conferência dedicada ao **"Dia Mundial da Juventude: gerações de hoje e amanhã na Europa"**, que teve lugar na Vila do Gerês. **Diogo Guia** em representação do **Secretário de Estado do Desporto e Juventude, Alexandre Mestre**, presidiu à sessão, onde participaram ainda o presidente da Câmara, **Joaquim Cracel**, e o presidente do IEFP, **Octávio Oliveira**, além do Deputado **José Manuel Fernandes**.

Diversidade musical

Ao nível da animação musical, a diversidade cultural do Minho marcou o programa da Festa da Europa. Do folclore e concertinas ao fado e passando ainda pela música universitária e uma sessão DJ, o evento quis valorizar talentos da região no contexto de uma Europa multicultural.

No palco instalado junto à Colunata do Gerês, em pleno centro da vila, os Amigos das Concertinas de Vila Verde abriram o programa musical, no dia 8, juntando no palco um grupo de pessoas de diferentes gerações, unidas pela paixão de um dos instrumentos mais típicos da música tradicional portuguesa. Distinguiram-se pela variedade instrumental e sonoridade de algumas das músicas mais populares do mundo rural.

No dia 9 de Agosto, os sons alteram-se pela

intervenção dos universitários da **Azeituna, uma tuna académica da Universidade do Minho** que acaba de celebrar os seus 20 anos de actividade, mantendo sempre o seu **"espírito bem disposto e interventivo"** e assumindo-se **"boémios, mas também românticos inveterados"**, conforme têm demonstrado pelos diferentes palcos por onde têm passado.

Na noite de 10 de Agosto foi dado espaço ao fado. A bracarense **Conceição Brito**, intérprete de voz alegre e simpática e já com um

vasto repertório de atuações em público, abriu o coração para mostrar o melhor do fado português, e foi acompanhada por **Ricardo Barbosa**. Os fadistas tiveram a companhia de **António Rodrigues**, na viola, e **Manuel Corgas**, na guitarra.

O folclore ocupou a animação do sábado, dia 11 de Agosto, numa noite que teve ainda direito a uma sessão DJ, com música dos anos 80 a ser trabalhada pelo disco-jóquei **Milo Santoro**. 

Eurodeputado José Manuel Fernandes em seminário promovido pela CNAsti



O eurodeputado José Manuel Fernandes defendeu uma definição clara e objectiva de metas a atingir para a luta contra a pobreza infantil e promoção do bem-estar das crianças, de forma a assegurar acções concretas e que sejam passíveis de serem levadas à prática na sua plenitude.

A ideia foi defendida no seminário sobre **"Políticas Europeias de Protecção das Crianças em Risco"**, promovido pela Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNAsti), na Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva, em Braga.

"Tendo em conta os objectivos gerais da estratégia Europa 2020, deveria ser elaborado um quadro coerente para lidar com a po-

breza infantil e o bem-estar das crianças de forma mais coerente, utilizando uma abordagem baseada nos seus direitos," recomendou José Manuel Fernandes, que reclamou maior eficiência e flexibilização dos fundos estruturais para reforçar a coesão social e lutar contra a pobreza.

Nesse sentido, o eurodeputado defendeu que **"a UE deve passar a ter uma meta específica de erradicação da pobreza infantil e promoção do bem-estar das crianças"**.

José Manuel Fernandes explicou que **"a redução da pobreza é um dos cinco objectivos a atingir pela UE até 2020"**, destacando o compromisso dos Estados-Membros para **"reduzir em 25 % o número de europeus que vivem abaixo dos limiares de pobreza nacionais, o que permite tirar da situação de pobreza mais de 20 milhões de pessoas"**.

Para isso, apontou como **"um desafio fundamental"** garantir maior actualização dos indicadores e dos métodos de avaliação da implementação de políticas, lamentando que em 2012 ainda se trabalhe com base em dados apurados em 2005 ou 2009.

O presidente da CNAsti, José Manuel Silva, e Isabel Amorim, da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) chamaram a atenção para os números crescentes de pobreza e risco social das crianças, destacando o reconhecimento da União Europeia quanto à necessidade de reforçar medidas sociais de apoio aos mais novos.

Proposta de Patrão Neves sobre protecção de zonas biogeograficamente sensíveis aprovada no Parlamento Europeu

Decorreu em Estrasburgo a votação em plenário do relatório do Eurodeputado Salavrakos sobre a Reforma da Política Comum de Pescas, tendo sido aprovado pela maioria dos Eurodeputados.

Para Patrão Neves *“este é um relatório extremamente importante para o sector, pois vai permitir ao Parlamento Europeu ratificar o que se decidiu na Comissão das Pescas, nomeadamente a aceitação das zonas biogeograficamente sensíveis”*.

Recorde-se que na reunião da Comissão das Pescas de Maio de 2012, a Eurodeputada Patrão Neves conseguiu introduzir o conceito de zonas biogeograficamente sensíveis, numa importante conquista para os Açores e que desde há muito vinham sendo reivindicadas pelo sector açoriano das pescas.

No final da votação, Patrão Neves referiu que *“o texto final deste relatório contém propostas minhas, em linha com as necessidades dos Açores em que sublinho a especificidade das regiões ultraperiféricas,*



fortemente dependentes da pesca a nível económico, social e também demográfico, evidenciando uma prevalência da pequena pesca e rodeados de um mar profundo e em que considero ser necessário restringir o acesso das suas zonas marítimas biogeograficamente sensíveis às frotas regionais que usem artes de pesca amigas do ambiente”. Na mesma votação, uma das propostas que não foi aprovada pelo Parlamento Europeu prendeu-se com a criação do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas, no âmbito das Pescas. Patrão Neves lamenta que *“esta proposta tenha sido reprovada, pois permitiria uma defesa mais próxima, mais atenta e também necessariamente mais responsável e mais sustentável dos nossos recursos pesqueiros e da sua melhor forma de gestão, considerando que, como foi aprovado no Conselho Europeu, se subdivida por bacias hidrográficas”*.

O reforço do reconhecimento da importância das áreas marinhas biogeograficamente sensíveis e no caso das RUP estas zonas irem para além das 100 milhas, com a consequente exigência de protecção acrescida com uma restrição de acesso a estas águas a frotas não regionais constitui um motivo de satisfação para o sector das Pescas e para toda a Região, que vê os seus interesses salvaguardados.

A finalizar, Patrão Neves afirmou que *“o resultado desta votação e consequentemente da aceitação da minha proposta é sem dúvida mais uma conquista para a nossa região. Cabe agora aos nossos responsáveis utilizar a prerrogativa de, uma vez identificadas as nossas zonas marinhas sensíveis, para além das 100 milhas, apresentarem uma proposta à Comissão para a sua respectiva protecção acrescida, fazendo-a acompanhar de um processo cientificamente fundamentado”*. 



Desafio a candidatura a fundos comunitários para apoiar desempregados da construção civil

O eurodeputado **José Manuel Fernandes** lançou desafio em conferência de encerramento da Festa da Europa, em Dia Mundial da Juventude e com o problema do desemprego no centro das preocupações.

O eurodeputado José Manuel Fernandes desafiou à mobilização de esforços para uma candidatura, *“de grande envergadura e alcance”*, aos fundos comunitários para apoiar os desempregados do sector da construção civil. Uma iniciativa que se justifica face à dimensão dos efeitos da crise actual sobre o sector, com as mais elevadas taxas de desemprego em Portugal, com particular destaque no Norte.

A ideia foi lançada no encerramento da Festa da Europa que decorreu ao longo dos últimos cinco dias na Vila do Gerês, promovida pelo eurodeputado do PSD, que fez questão de chamar a atenção para a necessidade de aproveitar os fundos comunitários, como forma de rentabilizar os recursos proporcionados pela União Europeia a favor das populações e do desenvolvimento do país, de forma inteligente, sustentável e inclusiva.

O presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Octávio Oliveira, e o chefe de gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, Diogo Guia, realçaram o reconhecimento da pertinência do desafio, face ao momento particular de crise que atravessa o setor da construção civil, que atinge os 40% dos desempregados da região.

Na conferência subordinada ao tema *“Dia Mundial da Juventude: gerações de hoje e amanhã”*, José Manuel Fernandes defendeu o recurso ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização (FEAG), criado para apoiar directamente trabalhadores desempregados de determinado sector e região particularmente afectados pela crise, sublinhando que o programa de acção deve ser o mais intenso e alargado possível, que permita dotar os visados de ferramentas úteis e eficazes para a sua reintegração e dinamização do mercado de trabalho.

Em causa está o recurso a um fundo com dotação de 500 milhões de euros anuais,



mas que tem sido pouco usado, desde 2007, com uma taxa de execução abaixo dos 20% na União Europeia.

Até agora, em Portugal, o FEAG apenas financiou a requalificação de despedidos da indústria automóvel na zona de Lisboa-Alentejo, dos têxteis do Norte e Centro, da Quimonda, da Rohde e, no ano passado, de nova vaga de despedidos do setor automóvel do Norte e Centro do país. Este ano, ainda não houve qualquer candidatura aprovada. **O FEAG já apoiou mais de 91 mil trabalhadores**, que foram alvo de ações que em média representaram um apoio de 4.813 euros por pessoa. Os pedidos de apoio de Portugal oscilam entre os cerca de 80 euros e pouco de mais de 2 mil euros por pessoa. Um dos mais altos valores médios de apoio deste fundo registou-se na região espanhola da Andaluzia, com 42.496 euros.

Jovens ousados

O espírito empreendedor, a criatividade e a ousadia dos jovens foram apontadas como qualidades fundamentais para superar as actuais dificuldades e vencer os desafios dos novos tempos. O presidente do IEFP e o chefe de gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude salientaram a necessidade de uma mudança de estrutural da sociedade e de atitude, para responder de forma

cabal ao problema grave do desemprego e da crise de crescimento económico. Para isso, reconheceram a necessidade da escola se adaptar à nova realidade e ajudar à formação dos jovens dentro dos novos paradigmas de exigência social, económica e cultural.

Nesse sentido, foi também destacada a importância de conhecer melhor a União Europeia, enquanto principal fonte de recursos. Diogo Guia salientou o *“trabalho único”* do eurodeputado José Manuel Fernandes em descomplicar os dossiês e as matérias da União Europeia e em trazer os assuntos europeus até às populações, lembrando que mais de 60% da legislação nacional é regulada por decisões da UE.

“A Festa da Europa é um exemplo excelente sobre o que temos de fazer para aproximar Portugal e a União Europeia e trazer a UE aos portugueses”, afirmou Diogo Guia, um advogado de formação que reconheceu que, *“provavelmente, 90% dos colegas da advocacia não deve saber sequer qual a arquitectura institucional da UE”*.

Na conferência *“Dia Mundial da Juventude: gerações de hoje e amanhã”*, multiplicaram-se de resto os elogios à Festa da Europa, que concluiu a sua terceira edição, depois dos eventos em Apúlia e Vila Praia de Âncora. 

Patrão Neves alerta a Comissão Europeia para o risco de extinção do sector leiteiro



A eurodeputada Patrão Neves alertou o Comissário da Agricultura para o **risco de extinção da produção de leite** em algumas regiões europeias, e especificamente em Portugal, fazendo eco do apelo lançado pela Associação dos Produtores de Leite de Portugal/Aprolep, no passado dia 24 de Agosto.

Patrão Neves, solidária com a posição da Aprolep, reiterou *“que o aumento dos custos de produção e a diminuição do preço pago por litro de leite, exercem uma crescente asfixia sobre os produtores”*. E acrescentou que *“esta situação dramática em Portugal se vai agravar com o forte aumento do preço dos cereais em todo o mundo devido à seca extrema nos designados ‘celeiros do mundo’, também já é sentida em diversos Estados-Membros mesmo naqueles que defendem a abolição das quotas, como sejam o Reino Unido, Holanda, Alemanha (Baviera)”*.

Na pergunta escrita prioritária que dirigiu ao Comissário Europeu, Patrão Neves interrogou acerca das *“iniciativas que se propõe implementar para controlar o preço dos cereais, das acções planeadas para promover uma distribuição justa do rendimento ao longo da filei-*

ra do leite, viabilizando a sobrevivência dos produtores, e ainda das medidas urgentes a introduzir no sector do leite para promover a sustentabilidade da produção nas regiões que tradicionalmente o produzem, garantindo o rendimento justo a quem produz”.

Segundo Patrão Neves *“a única proposta da Comissão para o sector é o “Pacote do Leite”*

que não traz nada de novo, uma vez que os contractos entre a produção e a indústria já existiam e continua a deixar a distribuição de fora; além disso, é insuficiente porque não constitui solução para os pequenos produtores ou para as cooperativas que predominam nos países do Sul, como Portugal; e também ainda nem sequer entrou em vigor”.

Nos Açores a situação ainda não é tão grave como no continente devido ao bom ano de milho (apesar de afectado pela passagem do furacão Gordon) e, sobretudo, devido ao excelente ano de erva. *“A alimentação dos animais com erva é não só uma mais-valia em termos de qualidade do produto final, mas também o nosso melhor recurso para obter preços de produção mais baixos, permitindo-nos ser mais competitivos”*– sublinhou a eurodeputada. A este propósito acrescentou que *“devíamos investir muito seriamente no ensaio de várias sementes para seleccionar as que melhor se adaptam ao nosso clima, terreno, diferentes altitudes, etc. de forma a conseguirmos aumentar a percentagem de alimentação do gado com erva ao longo do ano. É evidente que não podemos prescindir totalmente das rações e estas vão subir devido ao aumento do preço dos cereais, pelo que os próximos largos meses podem ser de dificuldades”*. 



Paulo Rangel questiona Van Rompuy sobre regime excepcional dado à Irlanda e quer estender benefícios a Portugal

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e Chefe da Delegação Portuguesa do PSD, **Paulo Rangel, questionou o Presidente do Conselho, Herman van Rompuy** sobre as declarações das mais altas autoridades alemãs e francesas que apontam para um tratamento especial e de excepção e afirmou que se houver condições excepcionais dadas à Irlanda, elas devem aplicar-se igualmente a Portugal.

“As mais altas autoridades alemãs e francesas fizeram declarações, dizendo que a Irlanda constituía um caso especial e admitindo que ela poderia ser objecto de um tratamento retroactivo quando à recapitalização dos seus bancos – coisa que parece excluída para os restantes países. Confirma ou não que o Conselho tomou alguma decisão discriminatória da Irlanda, favorecendo-a relativamente a outros países em regi-



me de assistência como Portugal, a Grécia ou Chipre ou em dificuldades como a Espanha?”, questionou.

Paulo Rangel considera que a dívida bancária portuguesa não pode ter um tratamento diferente da dívida irlandesa: se a dívida irlandesa vier a ser assumida directamente pelo fundo de resgate europeu, o mesmo deve acontecer com Portugal, afirmou.

O deputado ao Parlamento europeu, sublinhou que é inadmissível tratar de forma desigual o que é igual e acrescentou que a união bancária não pode ser retroactiva para uns países e não ser retroactiva para outros.

Paulo Rangel participou no debate sobre as conclusões último Conselho Europeu que decorreu no Parlamento Europeu em Estrasburgo. [E](#)

Comissão Europeia toma posição após denúncias por parte dos eurodeputados sobre violação dos direitos dos consumidores pela Apple

A Comissária **Viviane Reding**, Vice-Presidente da Comissão Europeia e responsável pelo pelouro da Justiça, Direitos Fundamentais e Cidadania, em resposta aos Deputados **Carlos Coelho** e **Regina Bastos** declarou que encetou contactos com os 27 Ministros competentes nesta área sobre a situação.

Os dois eurodeputados social-democratas questionaram por 3 vezes a Comissão Europeia se tinha conhecimento destas práticas e se pretendia desencadear um processo de averiguação relativo às práticas comerciais da Apple na Europa que, no seu entender violavam as regras europeias relativas à protecção dos consumidores.

No seguimento destas questões apresentadas, a Comissão Europeia, que ao início se escudava na competência das autoridades nacionais para o caso, **escreveu finalmente aos 27 Estados-Membros**, instando-os a investigarem possíveis infracções da Apple relativas às garantias dos seus produtos, aconselhando os Estados-membros a examinarem *“atentamente”* as condições da Apple sobre as garantias, de modo a que os direitos dos consumidores sejam salvaguardados da mesma forma em toda a União Europeia.

A Comissária Viviane Reding garantiu, de igual modo, ter trocado correspondência com a multinacional Apple sobre as medidas que a

empresa tenciona adoptar para harmonizar as suas políticas com a legislação da UE.



Paulo Rangel convida delegação de Deputados do PSD para VIII reunião da rede parlamentar PPE

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e chefe da delegação portuguesa do PSD, **Paulo Rangel**, organizou no passado dia 1 de Outubro, em Bruxelas, a VIII Reunião da “*Rede Parlamentar PPE para os Assuntos Europeus*”.

Tratou-se da sétima reunião presidida pelo Deputado Paulo Rangel enquanto Vice-Presidente do Grupo PPE responsável pela relação com os Parlamentos Nacionais.

A reunião contou com a participação especial de um grupo de 12 deputados portugueses: **Paulo Mota Pinto, António Rodrigues, Carlos Abreu Amorim, Carlos Costa Neves, Nuno Encarnação, Carlos São Martinho, Cláudia Aguiar, Maria Ester Vargas, Nuno Matias, Cristóvão Norte, Laura Esperança e Lídia Bulcão**.

No discurso de abertura da reunião, Paulo Rangel referiu: *“uma palavra especial também para os membros da Assembleia da República, o parlamento de Portugal, que hoje nos visitam e participam na nossa reunião. Esta visita às instituições europeias, que permite um contacto pessoal e um conhecimento maior do nosso Network, é uma iniciativa que nós muito gostaríamos de ver prosseguida por outros grupos parlamentares como forma de alargar e dar mais peso político aos nossos trabalhos.”*

Paulo Mota Pinto, Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus na Assembleia da República e António Rodrigues, Vice-Presidente do Grupo Parlamentar do PSD intervieram durante os trabalhos na qualidade de oradores convidados. 



“Tribunais desempenham papel fundamental na crise”

O Deputado ao Parlamento Europeu, Vice-Presidente do Grupo PPE e chefe da delegação portuguesa do PSD, Paulo Rangel, participou como orador na segunda edição da Reunião Anual da Justiça Administrativa cujo tema foi *“A Justiça Administrativa em tempos de crise”*.

Na sua intervenção, Paulo Rangel afirmou: *“Em tempo de crise, os tribunais têm um papel fundamental, surgem como um poder especial. Temos de repensar a organização dos tribunais para este novo mundo, um mundo em que a Justiça regula as decisões políticas”*.

Paulo Rangel adiantou ainda que *“a globalização levou a que o Estado como conhecíamos tenha deixado de existir, perdeu capacidade para responder aos problemas. Por isso, as pessoas recorrem cada vez mais aos tribunais para terem as respostas que as máquinas parlamentares e administrativas não dão”*, concluiu.

A conferência decorreu no Salão Nobre do Palácio da Justiça do Porto e contou com o alto patrocínio do Presidente da República.

A sessão contou com a participação do Presidente da Câmara Municipal do Porto, Rui Rio, do Presidente do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, o Juiz Conselheiro António Bento São Pedro e do Presidente da Associação Comercial do Porto, Rui Moreira.